Despacho n.º 20 161/2006

Nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e 28.º dos Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 70/89, de 13 de Junho, e da deliberação n.º 434/2006, de 6 de Abril, e na sequência do registo de adequação do curso de licenciatura em Economia, efectuado na Direcção-Geral do Ensino Superior com o número R/B-AD-240/2006 (despacho n.º 12 807/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de Junho de 2006), e tendo em consideração o disposto no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, aprovo a adequação do referido curso nos termos que se seguem:

1.º

Adequação do curso

- 1 A Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Economia e Gestão, adequa o curso de licenciatura em Economia ao regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.
- 2 Em resultado desta adequação, a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Economia e Gestão, confere o grau de licenciado em Economia e ministra o ciclo de estudos a ele conducente.

2.0

Organização do curso

O curso de licenciatura em Economia, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se em unidades de crédito de acordo com o sistema europeu de transferência de créditos (ECTS).

Estrutura curricular e plano de estudos

A estrutura curricular e o plano de estudos do curso conducente ao grau de licenciado em Economia é o que consta no anexo ao presente despacho.

Classificação final

- 1 Ao grau de licenciado é atribuída uma classificação final, expressa no intervalo de 10 a 20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.
- 2 A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades, das classificações das unidades curriculares em que o aluno realizou os créditos necessários para a obtenção do
- 3 Os coeficientes de ponderação serão fixados pelo órgão competente do Instituto Superior de Economia e Gestão.

5.0

Normas regulamentares do curso

O órgão competente do estabelecimento de ensino aprova as normas regulamentares do curso, nomeadamente:

- a) Condições específicas de ingresso;
- b) Condições de funcionamento;

- c) Regime de avaliação de conhecimentos;
- d) Regime de precedências;
- e) Regime de prescrição do direito à inscrição, tendo em consideração o disposto sobre esta matéria na Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto;
- f) Coeficientes de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final;
- g) Prazos de emissão da carta de curso e suas certidões e do suplemento ao diploma;
- h) Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico.

Regime de transição

O regime de transição a adoptar para os alunos que estejam inscritos no curso de licenciatura em Economia será regulado por despacho do reitor, sob proposta do órgão competente do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Início de funcionamento

As normas definidas no presente despacho, tendo em conta as condições definidas no regime de transição, entram em funcionamento no ano lectivo de 2006-2007.

11 de Setembro de 2006. — O Reitor, J. Lopes da Silva.

ANEXO

Estrutura curricular e plano de estudos da licenciatura em Economia

- 1 Estabelecimento de ensino Universidade Técnica de Lisboa.
- 2 Unidade orgânica Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Curso Economia. Grau licenciatura.
- Área científica predominante do curso Economia.
- 6 Número de créditos para obtenção do grau 180.
- 7 Duração normal do curso seis semestres.
- 8 Opções/ramos não aplicável.
- 9 Áreas científicas:

Área científica	Créditos obrigatórios	Créditos optativos
Economia Gestão Matemática História Sociologia Direito Total	90 24 24 6 6 6	24

Plano de estudos do curso de licenciatura em Economia

					Hor	as de trabalho		
Código	Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Sem.	Total	Contacto	Créditos	Observações
G002	Cálculo e Instrumentos Financeiros.	Gestão	Semestral	1	160	52 TP	6	Obrigatória.
E007	Economia I	Economia	Semestral	1	160	26 T + 26 PL	6	Obrigatória.
H001	História Económica e Empresarial.	História	Semestral	1	160	26 T+19,5 PL	6	Obrigatória.
G013	Introdução à Gestão	Gestão	Semestral	1	160	26 T + 26 PL	6	Obrigatória.
M015	Matemática I	Matemática		1	160	39 T + 26 PL	6	Obrigatória.
	Total				800		30	S
E001	Análise da Informação Económica e Empresa- rial.	Economia	Semestral	2	160	52 TP	6	Obrigatória.
G004	Contabilidade Geral I	Gestão	Semestral	2	160	52 TP	6	Obrigatória.
E008	Economia II	Economia		2	160	26 T + 26 PL	6	Obrigatória.
D003	Introdução ao Direito			2	160	26 T+19,5 PL	6	Obrigatória.
M016	Matemática II	Matemática	Semestral	2	160	39 T + 26 PL	6	Obrigatória.
	Total				800		30	

					Horas de trabalho			
Código	Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Sem.	Total	Contacto	Créditos	Observações
M008 G010 E013 E015 S002	Estatística I	Matemática Gestão Economia Economia Sociologia	Semestral	3 3 3 3 3	160 160	39 T + 26 PL 52 TP 26 T + 26 PL 26 T + 26 PL 45,5 TP	6 6 6 6 6 30	Obrigatória. Obrigatória. Obrigatória. Obrigatória. Obrigatória.
E009	Economia Industrial e da Empresa.	Economia	Semestral	4	160	52 TP	6	Obrigatória.
E010 M010 E014 E016	Economia Internacional Estatística II	Economia Matemática Economia Economia	Semestral	4 4 4 4	160	52 TP 39 T + 26 PL 26 T + 26 PL 26 T + 26 PL	6 6 6 6	Obrigatória. Obrigatória. Obrigatória. Obrigatória.
E003 E006	Econometria Economia e Finanças Públicas.	Economia (*) Economia	Semestral	5 5	160 160	39 T + 26 PL 52 TP	6 6	Obrigatória. Obrigatória.
E012	Economia Monetária e Financeira.	Economia	Semestral	5	160	52 TP	6	Obrigatória.
E017	Política Económica e Actividade Empresarial.	Economia	Semestral	5	160	52 TP	6	Obrigatória.
	Total				640		24	
E002 E018	Avaliação de Projectos Seminário Total Total (unidades curriculares obri-	Economia	Semestral	6 6	160 160 320 4 160	52 TP 26 TP	6 6 12 156	Obrigatória. Obrigatória. Obrigatória.
	gatórias). Optativas Total		Semestral	5 e 6	640 4 800		24 180	Optativas (**).

(*) Responsabilidade de organização e leccionação do Departamento de Matemática. (**) Estes créditos poderão ser obtidos em unidades curriculares de quaisquer áreas científicas

Despacho n.º 20 162/2006

Nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, do artigo 28.º dos Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 70/89, de 13 de Junho, da deliberação do senado n.º 434/2006, de 6 de Abril, e na sequência do registo de adequação do curso de licenciatura em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão efectuado na Direcção-Geral do Ensino Superior com o número R/B-AD-243/2006 (despacho n.º 12 807/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2006), e tendo em consideração o disposto no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, aprovo a adequação do referido curso nos termos que se seguem:

Adequação do curso

- 1 A Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Economia e Gestão, adequa o curso de licenciatura em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão ao regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.
- 2 Em resultado desta adequação, a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Economia e Gestão, confere o grau de licenciado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão e ministra o ciclo de estudos a ele conducente.

Organização do curso

O curso de licenciatura em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se em unidades de crédito de acordo com o sistema europeu de transferência de créditos (ECTS).

3.º

Estrutura curricular e plano de estudos

A estrutura curricular e o plano de estudos do curso conducente ao grau de licenciado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão é o que consta no anexo ao presente despacho.

Classificação final

- 1 Ao grau de licenciado é atribuída uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.
- 2 A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades, das classificações das unidades curriculares em que o aluno realizou os créditos necessários para a obtenção do grau.
- 3 Os coeficientes de ponderação serão fixados pelo órgão competente do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Normas regulamentares do curso

O órgão competente do estabelecimento de ensino aprova as normas regulamentares do curso, nomeadamente:

- a) Condições específicas de ingresso;
- b) Condições de funcionamento;
- c) Regime de avaliação de conhecimentos;
- d) Regime de precedências;
- e) Regime de prescrição do direito à inscrição, tendo em consideração o disposto sobre esta matéria na Lei n.º 37/2003, de 22 de